#### Comissão de Minas e Energia ( PL 3549 de 2004 )

Instituí o Programa nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências

Autor: Inácio Arruda Relator: Marcello Siqueira

#### Voto em Separado da Bancada do PT

O PL em comento padece de vício de iniciativa na exata medida em que autoriza o executivo a tomar providência que é de sua competência exclusiva. Aliás, a Súmula de Jurisprudência nº 01 da CCJC da Câmara dos Deputados "considera inconstitucional qualquer projeto de Lei de autoria de deputado ou senador que autoriza o poder executivo a tomar determinada providência , que é de sua competência exclusiva , é inconstitucional". Neste diapasão, salientamos que embora não seja da competência desta comissão esta análise é relevante traze-la a baila para que não se criem expectativas em um PL que não irá se configurar. O aspecto abordado pela Súmula 01 será melhor tratado na CCJC.

É certo que o executivo tem a competência exclusiva de criar programas que irão fazer parte de suas ações de governo e neste sentido temos que o executivo federal tem o programa de "Combate à Desertificação", Programa 1080, em seu PPA e no orçamento anual. É relevante trazermos a baila as ações do Governo Federal nesta área para que possamos entender que o PL em comento encontra-se prejudicado em seu mérito, senão vejamos:

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - CCD, define desertificação como "a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas resultante de vários fatores incluindo as variações climáticas e as atividades humanas". No Brasil, denominou-se de Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD a região atingida por esse problema, que inclui municípios de todos os estados do Nordeste, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Além destes, alguns municípios do norte do estado de Minas Gerais e noroeste do estado do Espírito Santo foram incluídos nessas áreas. No total, são

1.482 municípios que ocupam uma área de 1.338.076 km² (15,7% do território brasileiro), nos quais vivem cerca de 32 milhões de pessoas (18,6% da população do País).

O Brasil, seguindo a orientação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, da qual é signatário desde 1997, elaborou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-Brasil. Esse programa, instrumento de planejamento que define as linhas e as principais ações para o combate e a prevenção do fenômeno da desertificação, tem como elementoschave o combate à pobreza e às desigualdades sociais, aliados à recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais. O PAN-Brasil tem como objetivo geral estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e a execução de políticas públicas e investimentos privados nas ASD, tendo como foco a promoção do desenvolvimento sustentável.

Face ao exposto, o Programa 1080 - Combate à Desertificação justifica-se pela necessidade de se promover uma centralização, em um programa único, das diversas ações governamentais que visam a implementação de práticas sustentáveis para a convivência com a seca e redução do processo de desertificação na região. Além disso, o Programa pretende desenvolver algumas das ações de implementação previstas no PAN-Brasil:

- 1) Construir, desenvolver, fortalecer, aumentar e melhorar a capacidade da população que vive nas ASD para o combater à desertificação por meio da convivência com especificidades locais;
- selecionar projetos de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, que priorizem a racionalização do uso e recuperação dos solos, conservação da biodiversidade, combate a pobreza, educação ambiental e desenvolvimento científico e tecnológico;
- 3) Apoiar técnica e politicamente a elaboração e implementação dos Planos Estaduais PAEs, por meio da mobilização e articulação dos diversos atores governamentais e não-governamentais;
- 4) Cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil junto à CCD; 5) Desenvolver projetos de convivência com as ASD voltados para a atividades familiares em microbacias da região.

Assim sendo, vale citar ás ações do programa de combate a desertificação a seguir:



- AÇÃO 7380 Elaboração do Plano de Ação Nacional para o Combate à
  Desertificação (PAN) (A partir de 2005, esta Ação foi transformada na Ação
  09HF Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Luta Contra a
  Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação);
- AÇÃO 4971 Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à Desertificação;
- AÇÃO 4984 Fomento a Projetos de Combate à Desertificação
- <u>AÇÃO 7380 Elaboração do Plano de Ação Nacional para o Combate à</u> Desertificação (PAN)

A elaboração deste instrumento de planejamento definiu as atividades de controle e combate aos processos de desertificação, visando minimizar os impactos do fenômeno sobre o meio ambiente e as populações das áreas susceptíveis à desertificação - ASD;

### • Ação 09HF - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação

Objetiva promover ampla articulação com os estados e sociedade civil para o desenvolvimento de ações de controle e combate à desertificação no País, a fim de cumprir com os compromissos assumidos pelo Brasil junto a Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca CCD.

#### • <u>AÇÃO 4971 - Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à</u> Desertificação

O objetivo desta ação é desenvolver processos de formação de atores sociais locais visando replicar, em relação ao fenômeno da desertificação, suas causas e conseqüências, bem como sobre alternativas tecnológicas para inibir o mesmo.

## • AÇÃO 4984 - Fomento à Projetos de Combate à Desertificação

Esta ação tem como objetivo combater a desertificação por meio da adoça ode medidas eficazes, em todos os níveis, apoiadas em acordos de cooperação internacional e de parcerias, por meio do fomento a projetos que tenham em vista contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afetadas.



# Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas.

Programa 1080 – Combate à Desertificação – PPA 2004						
Ação	Meta Física Meta Financeira (F		ira (R\$)			
	Prevista	Executada	Prevista	Executada		
7380 - Elaboração do Plano de Ação Nacional para o	8 %	100 %	700.000,00	690.000,0		
Combate à Desertificação (PAN)				0		
4971 - Capacitação de Agentes Multiplicadores	246	246	100.000,00	100.000,00		
Locais para Combate à Desertificação	pessoas	pessoas				
4984 - Fomento à Projetos de Combate à	7	1 Projeto *	1.500.000,00	-		
Desertificação	Projetos					

<sup>\*</sup> a execução orçamentária/financeira só teve início após o lançamento do PAN-Brasil, em agosto/04, não havendo tempo hábil para sua efetiva implementação. No entanto, no âmbito da cooperação firmada entre o Governo dos Países Baixos, o PNUD e o MMA foram apoiadas ações de mobilização dos pontos focais estaduais governamentais e não governamentais voltadas para elaboração do detalhamento dos planos estaduais de combate à desertificação.

Programa 1080 - Combate à Desertificação - PPA 2005							
Ação	Meta Física		Meta Financeira (R\$)				
	Prevista	Executada	Prevista	Executada			
Ação O9HF - Apoio à Implementação do Plano de	11	-	4.997.981,00	-			
Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação	Projetos		*				
nas Áreas Susceptíveis à Desertificação							
4971 - Capacitação de Agentes Multiplicadores	250	-	122.568,00	-			
Locais para Combate à Desertificação	pessoas						
4984 - Fomento à Projetos de Combate à	11	-	2.000.000,00	-			
Desertificação	Projetos						
* Sendo R\$ 4.140.000,00 de Emenda Parlamentar							

É relevante lembrar o que, alhures, já afirmamos mais de 1.200 pessoas, que vivem nas áreas suscetíveis à desertificação no país, participaram do processo de elaboração do Programa de Combate a Desertificação. São abrangidos pelo PAN-Brasil 1.482 municípios de 9 estados do Nordeste, quais sejam: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Também foram



considerados alguns municípios no Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, onde a Sudene executou Programas de Emergência de Seca e em localidades onde o bioma caatinga ocorre. A cobertura do Programa atinge uma área de 1.338.076 km², onde vivem cerca de 32 milhões de pessoas.

O PAN-BRasil começou a ser implantado este ano e está integrado a outros programas de desenvolvimento sustentável já existentes no país.

É sempre profícuo lembrar que as "terras secas" do Brasil estão localizadas nas regiões onde predominam climas semi-áridos e subúmidos secos, com predomínio da caatinga, e em menores proporções, o cerrado. As condições climáticas, bem como as atividades humanas contribuem para a degradação e desses biomas. Este fato piora as condições de desertificação e seca, daí a importância nas ações do Programa 1080 que o atual governo vem desenvolvendo.

Neste sentido e por entender que o PL em comento encontra-se prejudicado em face à iniciativa do Governo Federal somos contrários ao PL 3549 de 2004 e conclamamos os nobres pares desta douta Comissão a acompanhar o nosso voto.

Sala das Comissões 29 de junho de 2005.

Eduardo Valverde Deputado Federal PT/RO Mauro Passos Deputado Federal PT/SC

Fernando Ferro Deputado Federal PT/PE

Luís Sérgio Deputado Federal PT/RJ

